

Contratos de Dinamização Cultural

13. Contrato de Dinamização Cultural - Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M).

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, o contrato de dinamização cultural com o Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M), no valor de 15.000,00€ de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 60444

Data: 18/06/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

PROPOSTA: APOIO FINANCEIRO – Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M)

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal o seguinte contrato de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros à seguinte entidade, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

1. Coro Académico da Universidade do Minho (C. A. U.M), no valor de 1.500,00€, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Anexos:

- 1.Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;
- 2.Minuta contrato dinamização cultural
- 3.Documentos instrutórios

Nº Informação: 60432

Data: 18/06/2024

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M)

O **Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M)**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 98/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;
- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º
 - b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;
 - c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;
 - d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.
- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.
- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;
- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;
- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

- a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 98/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;
- b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada E/38384/2024, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, acompanhado do envio do plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;
- c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”
- d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e/ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a suprarreferida é uma entidade instituída com um fim de divulgação da música coral, de proporcionar um espaço de convívio musical e de promover o desenvolvimento da sensibilidade artística pela prática coral. De referir que prossegue uma atividade cultural contínua e de intervenção no panorama cultural concelhio, através da programação e organização de iniciativas, bem como, de participações públicas, que confluem na promoção e divulgação da cultura e da tradição académica. No seguimento da sua atividade, importa salientar que possibilitam a difusão das tradições e dos costumes locais, permitindo o fortalecimento da identidade local. Neste sentido, importa ainda referir o seu relevante contributo para a introdução de novas dinâmicas de caráter cultural e artístico que possibilitam o incremento da dinâmica cultural concelhia e o incentivo para o desenvolvimento da educação artística na área da música coral, permitindo a formação de novos públicos e o incremento da oferta e consumo cultural neste domínio.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **1.500,00 euros** com o Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M), pessoa coletiva n.º 502 619 082, com sede na Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Edifício 2, Sala 1.32, 4710-057, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.